POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: ENTRE A COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E A ASSIMILAÇÃO CULTURAL

LANGUAGE POLICIES: BETWEEN THE CO- OFFICIALIZATION OF INDIGENOUS LANGUAGES AND CULTURAL ASSIMILATION

Ivonete Nink Soares (UFMS)

ivonetenink@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0040-1811>

Patrícia Graciela da Rocha (UFMS)

patrigraciro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8814-9613>

RESUMO: *O presente estudo pretende refletir sobre as políticas linguísticas governamentais voltadas aos povos indígenas brasileiros ponderando sobre a relação entre a ausência/presença de cooficialização de suas línguas maternas e a assimilação cultural desses povos. Nosso objetivo é problematizar o tratamento dado às línguas indígenas desde 1500 até os dias atuais, numa perspectiva histórica, considerando o processo de colonização e as inúmeras tentativas de silenciamento das línguas dos povos originários. Dentre as nossas reflexões, destacamos a função da política linguística de cooficialização das línguas indígenas conquistada nas últimas duas décadas no reconhecimento pelo direito à diferença, à diversidade e à cultura. Concluímos que as políticas linguísticas de cooficialização das línguas indígenas, quando deixam de ser apenas declaradas em lei e são, de fato, efetivadas, oportunizam e ampliam a possibilidade de participação dos indígenas nas diversas esferas da sociedade, principalmente nas que contemplam o uso da sua língua materna. Elas também demonstram um Estado que age em favor dos direitos humanos, colaboram para a desconstrução da imagem dos indígenas como povo único e homogêneo, atrelado ao passado, com os mesmos costumes, as mesmas culturas e, principalmente, com a mesma língua.*

PALAVRAS-CHAVE: *políticas linguísticas; cooficialização das línguas indígenas; assimilação cultural.*

ABSTRACT: *The present study intends to reflect on the governmental linguistic policies aimed at Brazilian indigenous peoples, pondering the relationship between the absence/presence of co-officialization of their mother tongues and the cultural assimilation of these peoples. Our goal is to problematize the treatment given to indigenous languages from*

1500 to the present day, from a historical perspective, considering the process of colonization and the numerous attempts to silence the languages of the native peoples. Among our reflections, we highlight the function of the linguistic policy of co-officializing the indigenous languages conquered in the last two decades in the recognition of the right to difference, diversity and culture. We conclude that the language policies of co-officialization of indigenous languages, when they are no longer just declared by law and are, in fact, carried out, provide opportunities and expand the possibility of indigenous participation in the various spheres of society, especially in those that contemplate the use of their mother tongue. They also demonstrate a State that acts in favor of human rights, collaborate to deconstruct the image of indigenous people as a single and homogeneous people, linked to the past, with the same customs, the same cultures and, mainly, the same language.

KEYWORDS: *language policies; co-officialization of indigenous languages; cultural assimilation.*

1 Introdução

O período colonial no Brasil acarretou e ainda acarreta mudanças expressivas no modo de vida dos povos originários. As violências explícitas e implícitas, as mudanças abruptas impostas a essas populações, a insistência em reduzi-las, silenciá-las, forçá-las a assumir uma “civilização” que não lhes pertencia, em alguns casos, geraram ofuscamento do próprio reconhecimento de si, dos antepassados, do orgulho da própria história, do pertencimento a um povo.

Sobre os povos autóctones, antes da invasão, na “região brasileira, estima-se algo em torno de mil. É possível, ainda, que esses povos formassem uma população de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Cada povo, ou grupo de povos, falava línguas aparentadas entre si” (MUNDURUKU, 2009, p. 39). Dito de outro modo, não existia apenas uma língua, a língua dos indígenas, existia – e existe – uma grande variedade de línguas que pertenciam aos povos originários. Infelizmente, nem todas foram conhecidas, registradas, de alguma forma, para que na atualidade fosse possível aprender e compreender mais sobre elas. Muitas se perderam/morreram pelo caminho, juntamente com os seus falantes que foram (e ainda são) sistematicamente silenciados pela ganância, pelo sentimento de superioridade e pelas imposições/políticas dos colonizadores.

Perder uma língua não é simplesmente a perda de um conjunto de regras gramaticais que possibilitam que determinado grupo de falantes consiga comunicar-se e compreender-se por meio de enunciados; implica perder “todas aquelas coisas que são essencialmente a forma

de vida, o modo de pensar, o modo de valorizar e a realidade humana que fala sobre você¹” (FISHMAN, 1996, p. 72, tradução nossa). A língua é um veículo de cultura, sendo estrangeira não é empregada com os mesmos propósitos que a língua materna.

A relação mais importante entre língua e cultura que chega ao ponto mais profundo do que se perde quando você perde uma língua é que a maior parte da cultura está na língua e se expressa na língua. Tire isso da cultura, e você tira suas saudações, suas maldições, seus elogios, suas leis, sua literatura, suas canções, seus enigmas, seus provérbios, suas curas, sua sabedoria, suas orações. A cultura não poderia ser expressa e transmitida de nenhuma outra forma² (FISHMAN, 1996, p. 72, tradução nossa).

Há modos de se expressar por meio da língua que não encontram sinônimos equivalentes em outras línguas, até mesmo o silêncio é uma questão cultural. Como menciona Nerburn (2012), no poema “O silêncio”: “Nós, os índios, conhecemos o silêncio. Não temos medo dele. Na verdade, para nós ele é mais poderoso do que as palavras. Nossos ancestrais foram educados nas maneiras do silêncio e eles nos transmitiram esse conhecimento”. Então, como seria possível traduzir o silêncio na língua do estrangeiro, do invasor?

Além disso, é importante destacar que esses aproximadamente mil povos indígenas que habitavam o solo brasileiro no início da invasão/colonização certamente não eram todos iguais, isto é, tinham formas de ver, viver e estar no mundo bastante distintas. Os mais velhos, geralmente, fazendo uso da modalidade oral, ensinavam os costumes, as crenças, os rituais, os cantos, enfim, tudo relacionado à cultura indígena, aos mais jovens. Isso acontecia de modo natural, espontâneo, até a chegada dos invasores.

A “intervenção humana na língua ou nas situações linguísticas não é novidade: sempre houve indivíduos tentando legislar, ditar o uso correto ou intervir na forma da língua” (CALVET, 2007, p. 11). No que se refere às línguas dos indígenas, o “uso da língua nativa – na verdade uma preservação cultural – era considerado atraso pelo governo português” (HECK; PREZIA, 2012, p. 30). Esse hipotético “atraso” era na verdade uma forma de projetar uma suposta superioridade em relação aos povos colonizados, visto que o “poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria” (CALVET, 2007, p. 11). Sendo assim, a

¹ No original: “all those things that essentially are the way of life, the way of thought, the way of valuing, and the human reality that you are talking about”.

² No original: “The most important relationship between language and culture that gets to the heart of what is lost when you lose a language is that most of the culture is in the language and is expressed in the language. Take it away from the culture, and you take away its greetings, its curses, its praises, its laws, its literature, its songs, its riddles, its proverbs, its cures, its wisdom, its prayers. The culture could not be expressed and handed on in any other way”.

língua é (e sempre foi) um instrumento de dominação.

É importante lembrar que, desde 1500 até os dias atuais, em diversas ocasiões e também por meio de leis, as línguas nativas foram proibidas e substituídas pela língua portuguesa, considerada, na ótica dos colonizadores, culta e ideal. No momento em que isso acontece, um patrimônio imaterial está ameaçado de extinção; a assimilação cultural desses povos parece ser prenunciada.

A assimilação “consiste no apagamento das características próprias e sua substituição pelas do grupo dominante, que devem ser consideradas superiores. Esse modelo foi sofisticado, no século XX, pela noção de ‘aculturação’: a passagem de uma cultura inferior à outra superior” (FUNARI; PINÕN, 2016, p. 22). Assim dizendo, a suposta “superioridade” dos colonizadores, assim como a cultura europeia deveria ser assumida/vivida pelos nativos colonizados, assim como a língua estrangeira deveria ser adotada em detrimento da língua materna.

A partir dessas questões, este estudo pretende refletir sobre as políticas linguísticas governamentais voltadas aos povos indígenas brasileiros ponderando sobre a relação entre a ausência/presença de cooficialização de suas línguas maternas, patrimônio imaterial, e a assimilação cultural desses povos. Para isso, adotaremos a definição de “políticas linguísticas” proposta por Oliveira (2004, p. 38): “conjunto de decisões que um grupo de poder, sobretudo um Estado (mas também uma Igreja ou outros tipos de instituições menos totalizantes) toma sobre o lugar e a forma das línguas na sociedade, e a implementação destas decisões”. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é problematizar o tratamento dado às línguas dos povos indígenas desde 1500 até os dias atuais, numa perspectiva histórica, considerando o processo de colonização, as inúmeras situações de silenciamento dessas línguas e a insistência na assimilação cultural.

Como narra Munduruku (2017, p. 85), “Acreditava-se como era voga à época – que os europeus eram o modelo a ser seguido e isso não admitia a mínima possibilidade de as populações originárias fazerem parte dessa história. Caberia a eles um lugar apenas em um passado distante”. Em outras palavras, o intento do processo de colonização, dentre outros anseios, era extinguir a população indígena, a possibilidade de que eles pudessem apresentar outro ângulo da história da invasão, enfim, tudo que pudesse estar atrelado a esses povos, às suas tradições, à identificação cultural indígena.

Em contrapartida, “desde os tempos coloniais, fontes documentais expressam resistências, fugas, negociações, capitulações e acordos que mostram as distintas estratégias

adotadas por homens e mulheres indígenas frente à dominação europeia” (SILVA; COSTA, 2018, p. 18-19). Ou seja, eles não se deixaram dominar, resistiram bravamente, diante das tentativas de apagamentos. Os “povos indígenas nunca se entregaram ao longo desses mais de 500 anos da história dos vencedores. Continuam resistindo, acreditando no futuro, não aceitando serem integrados por um sistema que diferencia as pessoas” (MUNDURUKU, 2009, p. 44). Isto é, não foram assimilados nem extintos.

Nesse sentido, enquanto professoras³, pesquisadoras, pessoas engajadas com as políticas linguísticas, acreditamos que seja extremamente relevante refletir sobre como a ausência de cooficialização das línguas autóctones, desse patrimônio imaterial, pode contribuir com a continuação da insistência na assimilação imposta pela colonização e sobre como o aumento de cooficializações pode provocar um efeito de manutenção e preservação dessas línguas. Para isso, faremos uma pesquisa bibliográfica e documental ancoradas nas narrativas de autores indígenas e de estudiosos sobre a temática, dentre os quais destacamos: Calvet (2007), Oliveira (2004, 2005, 2007, 2015), Damulakis (2017), Heck e Prezina (2012), Rodrigues (1993), Munduruku (2009, 2017) e Krenak (2020, 2021).

Por meio deste estudo, esperamos, também, provocar reflexões mais críticas sobre a importância da cooficialização das línguas minoritárias, especialmente das línguas indígenas. Essas que vêm sendo minorizadas ao longo dos últimos 5 séculos, alvos de toda sorte de preconceito e discriminação, sem ter em conta o número de falantes, reduzidas pelos colonizadores e pós-colonizadores, detentores de uma “língua certa”. Assim, argumentamos sobre os efeitos de tais políticas linguísticas na valorização e no reconhecimento da diversidade desses povos. Além disso, pretendemos refletir sobre o relevante papel desempenhado pelo Estado que, quando age em favor dos direitos humanos, colabora para a desconstrução da imagem coletiva que percebe os indígenas como povo único, atrelado ao passado, com os mesmos costumes, culturas e a mesma língua.

³ A primeira autora do texto é professora efetiva da rede estadual de ensino de Rondônia (em Porto Velho) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sob orientação da segunda autora. Além disso (e não menos importante), é uma descendente de indígena em busca de suas próprias memórias ancestrais que foram silenciadas por vários motivos dentre os quais alguns são discutidos neste texto. A segunda autora é professora Associada na Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC/UFMS em Campo Grande - MS) onde ministra a disciplina de Políticas Linguísticas (dentre outras) e orienta pesquisas relacionadas a essa temática no PPGEL.

2 Cenário das línguas indígenas na colonização do Brasil

Desde a chegada dos portugueses ao espaço geográfico que hoje é nomeado Brasil, por meio da carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, é possível observar algumas situações, inicialmente narradas pelo ponto de vista do colonizador, relacionadas às diferenças culturais, costumes e línguas, em suma, ao início do processo de colonização. Para ele:

[...] não era necessário tomar por força homens, porque costume era dos que assim à força levavam para alguma parte dizerem que há de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixássemos do que eles dariam se os levassem por ser **gente que ninguém entende**. [...] E que portanto não cuidássemos de aqui por força tomar ninguém, nem fazer escândalo; mas sim, para os de todo **amansar e apaziguar**. (CAMINHA, [1500], p. 7, grifo nosso).

Ao analisar a narrativa apresentada, fica evidente que a colonização, a expansão marítima-comercial, dava-se, na maioria das vezes, por imposição da força. Era esse o costume dos que aqui chegaram e também daqueles que invadiram outras terras que mais tarde seriam chamadas de colônias. Todavia, diante dos indígenas, parece que os “invasores” optaram por não seguir, inicialmente, com essa atitude. Isso porque, de acordo com a referida carta, a tarefa seria extremamente difícil, ainda que por imposições de castigos, entender “gente que ninguém entende”.

A dificuldade de compreender, principalmente as línguas faladas pelos “anfitriões”, não os fez recuar. As estratégias foram modificadas frente ao desejo de exploração, obtenção de riquezas, vantagens e outros intentos. Além disso, os portugueses, ao afirmarem que não fariam “escândalo”, deixam inteligível a ideia de supremacia e de sentimento de superioridade. Ou seja, sendo pessoas “civilizadas”, agiriam de modo pacífico, embora tivessem a nítida intenção de “saquear” a terra que não lhes pertencia. Os povos que já habitavam a terra recém-“descoberta” eram os que precisavam ser “amansados e apaziguados”. Desse modo, os colonizadores, “os representantes do poder” de uma forma geral, e Pero Vaz de Caminha de uma forma específica, ao emitir juízo de valor sobre as peculiaridades dos indígenas, tomaram inúmeras decisões relacionadas diretamente à vida dos originários. Dentre elas, destacamos, neste estudo, o uso da língua.

A linguagem é um “objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana” (BARTHES, 2013, p. 12). Ou seja, quem faz uso da língua está, de alguma forma, exercendo poder sobre o outro, ações pensadas, desenvolvidas, praticadas com algum objetivo.

Quando os europeus desembarcaram aqui encontraram os povos que falavam a língua tupi, como os Tupinambá – povo forte e guerreiro que fez frente a muitas formas de escravidão. Foi por isso que essa língua acabou ganhando contornos grandiosos na cultura brasileira, uma vez que foi a mais conhecida, estudada e falada pelos primeiros colonizadores, chegando, mesmo, a ser a língua mais falada no Brasil até o século XVIII (MUNDURUKU, 2009, p. 39).

Em outros termos, os indígenas que tiveram o primeiro contato com os invasores, aqui no Brasil, os que habitavam o litoral sul da Bahia, foram os Tupinambá. Isso não quer dizer que exclusivamente eles ocupavam todo esse espaço geográfico. No solo brasileiro havia uma diversidade de povos e línguas. No “século XVI, eram mais de 900 povos que falavam algo em torno de 1.100 línguas e dialetos” (MUNDURUKU, 2017, p. 20). Porém, dos três grandes troncos linguísticos que abarcam a maioria das línguas indígenas faladas no Brasil – tupi, Macro-jê e Aruak –, o tupi “dominava quase inteiramente a extensa costa, do nordeste ao sueste, com apenas leves variações dialetais” (RODRIGUES, 1993, p. 86).

Esse fato levou tanto os franceses quanto os portugueses a procurar aprender só essa língua, que era altamente funcional para os que pretendiam extrair o pau-brasil e estabelecer-se ao longo da costa: aprendida num ponto desta, permitia comunicar-se em praticamente qualquer outro. As línguas minoritárias em relação ao Tupinambá não foram, por isso, objeto de maior atenção (RODRIGUES, 1993, p. 86).

Tal atitude linguística que também podemos chamar de política linguística, em certa medida, não apenas favoreceu o apagamento da diversidade linguística dos povos indígenas como também colaborou com a construção da imagem de povos de língua única. Somado a isso, as diversas insistências de assimilação cultural, a imposição do uso da língua portuguesa, a negação da identidade indígena, entre outros (f)atos, ocasionou a perda de, aproximadamente, 820 línguas ao longo de quatro séculos, ou seja, 75% do que existia em 1500. “Restam hoje, cerca de 274 línguas indígenas, faladas por 305 etnias distintas” (IBGE, 2010).

Uma das consequências desse apagamento sistemático é a ideologia do monolinguismo que pode ser facilmente percebida em nossa sociedade atual. “O consenso em torno da língua única – todos os brasileiros se entendem de norte a sul do país, porque falam português [alguns acrescentariam: ‘e aqui não há dialetos’] tem sido amplamente hegemônico, inclusive em muitos quadros universitários” (OLIVEIRA, 2007, p. 7-8). Para que essa situação seja evitada/contornada, é preciso dar a devida atenção a essa temática, ampliar os conhecimentos sobre as bases estruturantes das políticas linguísticas e compreender que:

Política linguística é qualquer ação institucional que provém do Estado e tem como objetivo a gestão da língua ou das línguas faladas no território, faz parte de outras políticas governamentais e estatais, assim como as educacionais, habitacionais, sanitárias, enfim, um conjunto de ações ordenadas, elaboradas e levadas adiante pelo Estado (BAGNO, 2020, *live*).

Cabe ressaltar que as políticas linguísticas nem sempre valorizam as práticas do plurilinguismo, ainda há muito a ser (re)feito para que haja uma convivência harmônica, respeitosa e com menos preconceito em relação às línguas na nossa sociedade. Essas são tarefas difíceis, principalmente em um país colonizado, formado por pessoas com interesses e visões muito diferentes, marcado por uma história de negação das línguas indígenas, tentativas de apagamentos, proibições e punições.

Em uma entrevista dada a Daniel Munduruku, Manoel Fernandes Moura – Moura Tukano – fala sobre a sua passagem em um Internato Salesiano, em meados de 1963, lugar onde os indígenas se instalavam para receber educação escolar não indígena. Em sua narrativa, ele discorre sobre o fato de todos os alunos falarem bem a língua Tukano, além de outras línguas maternas, diferente dos missionários.

Os missionários eram de diferentes lugares da Europa. Vinham da Itália, Espanha, Inglaterra, Holanda, Alemanha, França, Portugal, e havia alguns brasileiros. [...] Nenhum desses missionários falava ou entendia a língua Tukano. Por isso, ficavam nervosos e pensavam que os índios estavam pensando ou falando algo ruim sobre eles. Então, começaram a nos proibir rigorosamente de falar a língua nativa. Quem falasse Tukano não poderia merendar, jogar futebol e nem participar de outras diversões. Diziam que era língua do diabo, língua atrasada, que não servia para nada (TUKANO, 2012, p. 134-135).

Nessa narrativa, podemos perceber que uma língua que resistia há mais de 463 anos, falada por todos os alunos, um grupo maior de falantes, era desconsiderada pelo grupo menor. Entretanto, esses grupos estavam em uma relação de poder assimétrica, ou seja, aqueles que detinham o poder julgavam a língua indígena como minoritária embora ela fosse falada pela maioria dos jovens daquele lugar. Assim, podemos afirmar que as línguas, independente do espaço que ocupam em determinada sociedade, são minorizadas e classificadas sem considerar o número de usuários. Algumas vezes, observa-se mais o emissor da mensagem do que a própria língua. De certa forma, o *status* social do locutor está entrelaçado ao prestígio designado para tal língua. Daí a relevância das políticas linguísticas exercidas pelo Estado.

[Elas] ajudam a regular as relações da sociedade com as diversas línguas faladas pelos diferentes grupos, e, por isso, é importante a atenção para os interesses e peculiaridades de cada grupo, visando a melhor configuração dessas políticas. Para isso, é imprescindível uma visão crítica sobre as políticas linguísticas declaradas, sobretudo questionando-as sobre os diferentes valores atribuídos às línguas, às

concepções e aos princípios que subjazem a ela, às instâncias responsáveis por sua gestão e às forças sociais que pressionam a sua elaboração e se fazem representadas naquele documento (AFONSO, 2014, p. 4084).

A partir do momento que o Estado interfere nas políticas linguísticas e ampara por meio de leis os seus usos, as suas aplicações nas práticas cotidianas, nos documentos oficiais e em outras esferas sociais, o caráter democrático é efetivado, pelo menos de forma documental. O mesmo acontece “quando, além da língua dominante, da língua hegemônica, outras línguas faladas no mesmo território são cooficializadas⁴” (BAGNO, 2020, *live*). Todavia, cabe ressaltar que as políticas linguísticas, ainda que estejam estabelecidas em leis, em documentos oficiais, não são garantias de execução, de solidez.

Muitos países, instituições e grupos sociais não têm uma política linguística formal, de modo que a natureza de sua política linguística deve ser derivada a partir do estudo de suas práticas e crenças linguísticas. Mesmo naqueles contextos em que há uma política linguística formal, seu efeito nas práticas linguísticas não é garantido nem consistente. (SPOLSKY, 2004, p. 13 apud AFONSO, 2014, p. 4085).

No Brasil, quando as formalidades das políticas linguísticas acontecem, de modo respeitoso ao plurilinguismo, é uma grande conquista, uma reparação histórica, uma ferramenta muito importante para garantir a diversidade linguística dos povos colonizados. A “conscientização”, infelizmente, acontece, de forma mais eficaz, quando há punição por descumprimento das leis, dos regulamentos, dos decretos. É lastimável saber que das aproximadamente 274 línguas indígenas que sobreviveram ao processo de colonização, o número representa, no máximo, 26% da quantidade que existia há 523 anos. Houve, portanto, uma redução drástica, o silenciamento e/ou a morte (o glotocídio), de 75% da diversidade linguística brasileira. Esses números não retomam apenas as línguas indígenas, eles retomam, de forma quase direta, a extinção de diversas etnias, diversos grupos indígenas.

Entretanto, podemos observar que a assimilação imposta aos povos autóctones pelos colonizadores e por outros que estavam no poder, felizmente, não saiu como o esperado. Isto é, os indígenas resistem e, atualmente, estão presentes em todos os espaços da sociedade, reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades, das suas culturas, lutam por políticas linguísticas, recontam a sua história da colonização pelas suas perspectivas, a partir dos seus valores, das suas crenças, das suas lutas. Todavia, sabemos que ainda há muito a ser feito nessa direção.

⁴ “Utiliza-se o termo cooficialização porque o Art. 13 da Constituição Federal institui que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (MACHADO; BUENAFUENTE, 2020, p. 139).

3 Línguas indígenas e cooficialização

Para Calvet (2007, p. 69), “há dois tipos de gestão das situações linguísticas: uma que procede das práticas sociais e outra da intervenção sobre essas práticas”. A primeira gestão, denominada *in vivo*, “refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente [...], isso não tem nada a ver com uma decisão oficial, com um decreto ou com uma lei: tem-se aqui, simplesmente, o produto de uma prática” (CALVET, 2007, p. 69). Um produto que nasce no seio da comunidade, do modo que as pessoas encontram para comunicar-se, compreender e serem compreendidas. É uma política de baixo para cima, não vem do poder, não se torna efetiva tendo em vista o decreto, torna-se efetiva porque é uma necessidade.

A outra gestão, a *in vitro*, emana do poder, vem do Estado, ela acontece quando, em “seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam” (CALVET, 2007, p. 70). Essas escolhas estão diretamente relacionadas a difundir uma língua/reprimir outras. Dito isso, podemos afirmar que, em relação às línguas indígenas, essa repressão, tanto *in vivo* quanto *in vitro*, acontece desde a época da invasão de Pindorama, hoje Brasil. Isso porque, quando o Estado define quais línguas serão utilizadas nos discursos oficiais e nos meios de comunicação, quais serão ensinadas ou não no contexto escolar etc., há uma interferência na dinâmica linguística, nas práticas sociais da linguagem e, conseqüentemente, na decisão das famílias de ensinar ou não a língua materna aos seus filhos, por exemplo.

Sabemos que nenhuma escolha é neutra e que a língua é objeto de poder, portanto ela é também um território de disputa. Sendo assim, aquilo que está explícito na lei recebe destaque na sociedade, é visibilizado e, por sua vez, é valorizado como algo que precisa ser preservado, protegido e ensinado. Por outro lado, aquilo que não está na lei é implicitamente menos relevante, menos importante, desvalorizado, desnecessário etc. Nesse sentido, podemos sugerir que o silêncio ou a falta de políticas linguísticas oficiais atua também como um tipo de política linguística. Em outras palavras, a falta de política também é uma política.

O Brasil possui atualmente duas línguas oficiais: a primeira é a Língua Portuguesa, herança/imposição de Portugal; a segunda é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – reconhecida pela lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Todavia, essas não são as únicas

línguas faladas pelos brasileiros. “O Brasil de hoje [conforme já se aludiu] conta com a existência de 274 línguas e dialetos falados em seu território. E, quando falo de línguas, quero dizer que há diferenças pequenas e grandes em sua composição” (MUNDURUKU, 2017, p. 22). Acreditamos e defendemos que, se existem tantas línguas, tantas diferenças, é indispensável que haja, no mínimo, a cooficialização dessas línguas ou, pelo menos, da maioria delas.

Entre seus aspectos mais básicos, cooficializar uma língua significa possibilitar que documentos oficiais sejam emitidos nessa língua, além de garantir que serviços públicos devam ser prestados também por meio dela. Esse tipo de dispositivo jurídico também garante à língua a possibilidade de circulação por espaços públicos antes impensáveis ou mesmo impossíveis, como em ‘campanhas publicitárias institucionais’, ‘nas escolas [além das escolas indígenas] e meios de comunicações’, por exemplo (DAMULAKIS, 2017, p. 2).

Em suma, a cooficialização das línguas minoritárias significa, entre outras conquistas, o reconhecimento do direito à diferença, à diversidade, à pluralidade linguística, à não assimilação cultural. Isso porque a língua é cultura e também é autonomia.

A cooficialização faz com que as pessoas “possam utilizar as suas línguas para produção do conhecimento de que necessitam para as suas vidas e para deixar a sua contribuição epistemológica específica à história humana” (OLIVEIRA, 2015, p. 26-27). Elas têm o direito de expressarem-se por meio da sua língua materna, no contexto que precisarem e no modo que preferirem.

É por meio da língua que o indivíduo consegue lutar por seus direitos, exigir melhorias, relatar os (f)atos sob outras perspectivas. A “colonização linguística fazia parte de um projeto mais amplo e ideológico da coroa portuguesa que se [sic] consistia na sua legitimação nacional por meio da imposição da língua portuguesa” (AFONSO, 2014, p. 4086-4087). Essa imposição trouxe muitos danos, daí a urgência em pensar em todas as formas de políticas linguísticas em prol dos povos indígenas.

O que temos observado enquanto estudiosas da área de linguagens são as perdas sistemáticas desse patrimônio imaterial. Essa também deveria ser uma preocupação do Estado. As línguas indígenas estão morrendo juntamente com os seus anciãos, a transmissão intergeracional está sofrendo com ruídos, em alguns casos, falta o receptor para a mensagem. Os pensamentos, os conhecimentos, as formas de ver o mundo desenvolvidas em anos, séculos, milênios, estão sendo perdidos e o prejuízo disso é incalculável. Todavia, os povos indígenas não desistem. A esse respeito, Soave (2021, *live*), afirma que os “não indígenas

cortaram os galhos de muitas árvores linguísticas, mas as raízes resistiram. O desejo de passar isso para as novas gerações, esse reflorescer as raízes, é direito humano, é a ancestralidade, é uma expressão da identidade autóctone”. Por isso, hoje, lutam pela cooficialização das suas línguas maternas.

“Oficializar uma língua significa que o estado reconhece sua existência e reconhece aos seus falantes a possibilidade de não terem que mudar a língua sempre que queiram se expressar publicamente ou tratar de aspecto de sua vida civil” (OLIVEIRA, 2015, p. 27). Assim sendo, “as línguas cooficiais são aquelas que não só coexistem com a língua oficial do país (o português), mas que, por uma razão específica, a exemplo de uma demanda de uma comunidade originária local, perpassam todos os trâmites legislativos para receber o estatuto de língua oficial” (YU; WELTER; BERGER, 2017, p. 2). Assim aconteceu no Brasil, pela primeira vez, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), a região mais plurilíngue do país e talvez das Américas.

De acordo com o professor e pesquisador brasileiro Gilvan Müller de Oliveira (2005), fundador e coordenador, de 2002 a 2010, do IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística), tudo (a ideia embrionária da cooficialização) começou a partir de um curso que formou 165 professores falantes de 11 línguas diferentes na Amazônia. Na ocasião, após discussões sobre o lugar das suas línguas na sociedade local, a ideia da cooficialização foi levada a uma assembleia geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), sendo aprovada no início de 2001. Na sequência, um projeto de lei foi elaborado pelo IPOL com o auxílio de um advogado especialista em elaboração de legislação municipal, e encaminhado para a Câmara pelo vereador Camico Baniwa.

Foi aprovado por unanimidade em dezembro de 2002, fazendo de São Gabriel da Cachoeira o único dos 5.507 municípios brasileiros a ter, além do português, língua oficial da União, também línguas co-oficiais municipais. [...] as três grandes línguas veiculares do município, o Nheengatu, ou Língua Geral Amazônica, que outrora dominou toda a Amazônia brasileira e hoje é falada quase que exclusivamente no Alto Rio Negro, o Tukano, língua dominante na Bacia do Rio Vaupés, da família Tukano Oriental, e o Baniwa, importante língua Aruak que domina a bacia do Rio Içana (OLIVEIRA, 2005, p. 90).

Essa cooficialização pioneira, apesar de ter acontecido em nível municipal, foi um grande progresso e, até hoje, serve de base para a promulgação de leis de cunho similar. Em um país com tamanha diversidade linguística e cultural, essa implementação reforça a luta dos povos originários por suas línguas e repara, parcialmente, as imposições de silenciamento

sofridas. Logo, amplia a visibilidade, a valorização, e, por conseguinte, a garantia de direitos, na prática e na legalidade. Sendo assim, após a primeira promulgação, outras línguas autóctones foram cooficializadas. Com base no referencial teórico deste estudo e de dados coletados disponibilizados em *sites* de prefeituras municipais e pelo IPOL (2022), apresentamos, a seguir, um quadro contendo as línguas indígenas, os municípios, os números das leis e as suas datas de publicações, incluindo a lei precursora. Vejamos:

Quadro1 – Dados sobre línguas indígenas cooficializadas nos municípios brasileiros

LÍNGUA INDÍGENA	MUNICÍPIO/ESTADO	LEI/DATA
Tukano, Nheengatu e Baniwa	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei nº 145 – 11 de dez. de 2002.
Guarani	Tacuru (MS)	Lei nº 848 – 18 de maio de 2010.
Akwê Xerente	Tocantínia (TO)	Lei nº 411 – 25 de abril de 2012
Macuxi e Wapichana	Bonfim (RR) – Região Serra da Lua	Lei nº 211 – 04 de dez. de 2014.
Macuxi e Wapichana	Cantá (RR)	Lei nº 281 – 25 de março de 2015.
Terena	Miranda (MS)	Lei nº 1382 – 12 de abril de 2017.
Yanomami	São Gabriel da Cachoeira (AM)	Lei nº 0084 – 14 de nov. de 2017.
Mebêngôkre (Kayapô)	São Felix do Xingú (PA)	Lei nº 571 – 13 de nov. de 2019.
Tenetehara-Guajajara	Barra do Corda (MA)	Lei nº 900 – 07 de julho de 2020.
Tikuna/Ticuna	Santo Antônio do Içá (AM)	Lei nº 298 – 08 de out. de 2020.
Tupi-Nheengatu	Monsenhor Tabosa (CE)	Lei nº 13 – 03 de maio de 2021.
Kinikinau	Miranda (MS)	Lei nº 1538 – 04 de abril de 2023

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em síntese, no Brasil, até abril de 2023, apenas 14 línguas indígenas foram cooficializadas: Tukano, Nheengatu, Baniwa, Guarani, Akwê Xerente, Macuxi, Wapichana, Terena, Yanomami, Mebêngôkre/Kayapô, Tenetehara-Guajajara, Tikuna/Ticuna, Tupi-Nheengatu e Kinikinau; em 10 municípios: São Gabriel da Cachoeira (AM), Tacuru (MS), Tocantínia (TO), Bonfim (RR), Cantá (RR), Miranda (MS), São Felix do Xingú (PA), Barra do Corda (MA), Santo Antônio do Içá (AM) e Monsenhor Tabosa (CE).

Levando em conta que, no Brasil, atualmente, cerca de 274 línguas indígenas são faladas, é inquestionável que ainda há muito a ser feito. “Todos nós sabemos que a cada ano ou a cada semestre uma dessas línguas maternas, um desses idiomas originais de pequenos grupos que estão na periferia da humanidade, é deletada” (KRENAK, 2020, p. 23). Contudo, as insistências de assimilação vivenciadas pelos povos autóctones não podem ser esquecidas.

Dentre as muitas lutas travadas em defesa da cooficialização das línguas indígenas é importante mencionar o caso da cidade de Paranhos (MS). Os estudos de Damulakis (2017) e Mayworm (2021) revelam que, por lei não identificada, desconhecida, também havia sido cooficializada a língua Guarani, no município. Todavia, “Esse município não aprovou a lei.

Foi aprovada na câmara de vereadores e vetada pelo prefeito. Na volta à câmara não obteve a quantidade de votos necessários para derrubar o veto” (COSTA, 2014, p. 58). Além disso, houve um acontecimento extraordinário relacionado ao processo de cooficialização: “os professores do município fizeram uma carta de repúdio ao projeto, nela mostravam que se houvesse a co-oficialização [sic] teriam de aprender o Guarani. Colocavam essa ação como negativa e obsoleta, a qual somente aumentaria as já grandes dificuldades do grupo” (COSTA, 2014, p. 57).

Diante desse relato, muitas outras questões emergem. Já que o projeto de lei foi elaborado para cobrar, junto ao poder público, por políticas linguísticas, fica evidente que o Guarani não caiu em desuso. Afirmar que aprender essa língua, falada pela maioria dos alunos, seria negativo e obsoleto, significa manter a reprodução de estereótipos e de inferiorização dos seus falantes.

É imaginável a dificuldade que os professores mencionaram em relação a ministrar aulas para alunos que compreendem parcialmente a língua portuguesa, porém deixar de cooficializar o Guarani não resolveria a situação. Em certa medida, é compreensível que os professores tenham sido contrários a essa cooficialização, eles sabiam que a sanção dessa lei implicaria diretamente em suas práticas docentes. Quem elabora, vota e aprova a cooficialização de uma língua, nem sempre percebe isso, o que, geralmente, acontece é a imposição da lei. Os órgãos competentes não oferecem formações para que essa outra língua seja colocada em prática de modo eficaz.

Para os professores, aprender outra língua, com certeza, não seria tarefa fácil, especialmente porque o trabalho docente já tem muitas exigências, falta apoio, capacitações, tempo para outras aprendizagens etc. Todavia, isso não anula nem inferioriza a dificuldade dos alunos, das pessoas em geral, com língua materna diferente da língua portuguesa. Algumas vezes, os resquícios do colonialismo estão camuflados. Daí a necessidade de rever posicionamentos.

Além disso, é importante destacar que, quando a cooficialização de uma língua minorizada acontece, isso interfere diretamente na vida de seus usuários. Os benefícios são inúmeros e muitas vezes imensuráveis, pois envolvem questões identitárias, étnicas, históricas, culturais etc. Além disso, direitos e garantias, certamente, farão parte do texto dessa lei. Nesse viés, para garantir o uso da língua cooficial nas escolas, incentivar e apoiar o processo de ensino e aprendizagem, a contratação de professores falantes dessa língua deve ocorrer. Todavia, no caso do Brasil, em algumas situações, falta cumprimento da legislação.

Os professores se tornam responsáveis por ações que não estão em suas competências e habilidades. Isso, além do que já foi citado, pode ter contribuído para a elaboração da carta de repúdio pelos professores ao projeto de lei de cooficialização da língua guarani, no município de Paranhos (MS). Sabe-se que a carência de votos na Câmara dos Vereadores contrários ao veto do prefeito ocasionou a reprovação da lei, contudo, “não é possível afirmar que [a carta dos professores] tenha sido o fator principal, até porque não apareceu na plenária da câmara de vereadores esse repúdio” (COSTA, 2014, p. 58).

Independente da motivação dos vereadores para não aprovarem essa lei, é importante ressaltar que, quando as pessoas agem, de forma direta ou indireta, contra uma língua minoritária, de certa forma, há uma insistência na assimilação desses povos, a tentativa de apagamento, de invisibilidade desses falares torna-se ininterrupta. À medida que elas são cooficializadas, o fim – ou a desaceleração – da assimilação parece mais próximo, pelo menos para as falantes daquela língua, aqueles que também foram/são submetidos, ao “processo de homogeneização linguística cujas consequências refletem até os dias atuais” (YU; WELTER; BERGER, 2017, p. 4).

Em relação às políticas linguísticas voltadas aos povos indígenas brasileiros, foi possível perceber que as línguas cooficializadas, até o momento, foram todas em nível municipal. Entretanto, cabe discorrer sobre o projeto de lei nº 3074/19 que está tramitando em âmbito federal. Trata-se de um projeto criado pelo Núcleo de Estudos em Análise do Discurso (NEAD) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), fruto de uma discussão, no curso de especialização *latu senso* em “Língua e Cultura Terena”, levado ao deputado federal Dagoberto Nogueira do PDT (MS), que “pretende instituir a segunda língua indígena em todos os municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas” (CASTRO, 2021). Ele já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), em 2019, na Comissão de Cultura (CCULT), em 2021 e, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 2022.

Avaliamos que a garantia e a proteção das línguas indígenas poderão ser reforçadas, caso a lei nº 3074/19 seja aprovada. Uma política linguística em nível nacional, comumente, ganha mais visibilidade, abrange um número maior de usuários, torna-se um obstáculo para a assimilação cultural. Desse modo, a possibilidade de ela ser, de fato, colocada em prática, é ampliada. Isso é fomentar e investir na revitalização de línguas que foram inferiorizadas durante os últimos séculos e dirimir o risco de outras se perderem.

Há “85 povos que perderam sua língua original – vivendo sobretudo no Nordeste –,

como os Pataxó, os Xokó, os Pankararu, os Xakriabá, os Tupiniquim e outros” (HECK; PREZIA, 2012, p. 11-12). Essa perda aconteceu por falta de políticas linguísticas que agissem na direção da manutenção e preservação, pois não era interessante para um país colonizado oportunizar que os povos autóctones continuassem com o uso da língua nativa. Afinal, é mais fácil infringir os direitos de uma pessoa quando ela tem dificuldade, ou não consegue se expressar por meio da sua língua materna, principalmente na leitura, na escrita e na compreensão das leis que regem a sociedade. Por isso, os colonizadores impuseram uma única língua aceitável e violaram os direitos humanos dos povos nativos.

4 Algumas tentativas de apagamento das línguas indígenas

Talvez seja difícil para muitos de nós imaginar a violência física e a violência simbólica sofrida pelos indígenas durante a invasão de Pindorama pelos portugueses no início da colonização ou até mesmo nos dias atuais. Tal exercício fica ainda mais difícil e desafiador se não pertencemos a esse grupo marginalizado ou se não temos contato direto com ele. No que se refere à língua, podemos tentar fazer algumas tentativas – menos violentas e menos cruéis – de nos aproximarmos dessa experiência.

Realizar uma viagem internacional é uma experiência almejada por muitas pessoas. Algumas já a concretizaram, outras ainda estão lutando para materializar esse feito. Outras, por considerar isso algo muito distante da sua realidade, deixaram de ver essa ação como algo realizável; outras, simplesmente, não possuem esse desejo. Quando a viagem é para um país extremamente diferente do qual a pessoa mora, certamente haverá muitas dificuldades. Os hábitos, as vestimentas, a cultura, a alimentação, tudo poderá ser um empecilho para o viajante, principalmente o idioma, caso esse seja desconhecido. Em relação aos brasileiros, é indispensável saber que a maioria dos outros países não impõe aos seus habitantes a obrigatoriedade de aprender a língua portuguesa como língua estrangeira. Assim sendo, em certa medida, o visitante terá dificuldade para conseguir expressar suas necessidades, suas vontades, suas particularidades. O idioma oficial brasileiro, situado em primeiro lugar na atualidade, será marginalizado.

Numa viagem internacional, a experiência de ter seu idioma colocado à margem, para algumas pessoas, principalmente para as que possuem alto poder aquisitivo, que nunca passaram por grandes privações em outras situações, pode ser algo banal. Entretanto, a realidade vivenciada pelos povos indígenas que tiveram suas casas, seu espaço invadido por

estrangeiros e foram proibidos de se expressar utilizando a própria língua é uma situação que requer uma problematização. Como relembra Krenak (2021, p. 16):

Eu sou de uma geração de pessoas que quando nasceram não podiam botar o nome dos pais na língua materna, não podiam botar o nome que os pais escolhiam para os filhos, os filhos eram nomeados pelo cartório e com o nome considerado brasileiro, geralmente um nome português.

Essa situação é inimaginável para a maioria das pessoas não indígenas. No entanto, para os colonizados foi uma realidade dolorosa experimentada por muito tempo. Além disso, ao “longo da história da colonização, os povos indígenas vivenciaram a impossibilidade de escrever e expor o seu jeito de ser e de viver em sua própria língua” (GRAÚNA, 2012, p. 269). Ao saber disso, a sociedade, em especial o Estado, precisa oferecer suporte, promover meios para esses falares ancestrais fazerem parte da sociedade atual. Foram muitas tentativas de apagamento dos saberes dos povos originários, de silenciamento, daí a necessidade de ampliar o espaço de fala dessas populações e de deixar que o mundo inteiro saiba sobre os resquícios da colonização. De acordo com a autora,

A busca da palavra, mais precisamente a luta dos povos indígenas pelo direito à palavra oral ou escrita configura um processo de (trans)formação e (re)conhecimento para afirmar o desejo de liberdade de expressão e autonomia e (re)afirmar o compromisso em denunciar a triste história da colonização e os seus vestígios na globalização (GRAÚNA, 2013, p. 54-55).

Sabemos que um país colonizado foi e sempre será marcado por situações opressoras. Os objetivos dos que se instalaram nesse território ultrapassaram os limites dos direitos humanos, houve, entre outras barbáries, escravidão, imposição, desrespeito, construção de estereótipos. O Diretório dos Índios, primeira lei promulgada contra os povos indígenas, em 1758, por Marquês de Pombal, é um exemplo clássico das tentativas de silenciamento das línguas autóctones.

[O Diretório dos Índios] ajudou a demarcar o *status* da língua portuguesa e a negar as línguas faladas na colônia. [...] tinha como objetivo a integração dos indígenas à sociedade portuguesa, aproximando-os do modo de vida considerado civilizado e em consonância com a cultura dos brancos colonizadores. [...] A sua proposta consistia em conter a diversidade linguística do país, regular as relações entre o Português e as línguas faladas pelos indígenas, bem como garantir a vitalidade e a permanência entre os falantes da língua do colonizador (AFONSO, 2014, p. 4087).

Em outras palavras, as políticas linguísticas impostas por quem está no poder, seja o Estado, a igreja, um grupo dominante, implica em mudanças e transformações para todos os cidadãos, principalmente para os oprimidos, os que estão à margem da sociedade. As línguas

minorizadas não existem como realidades abstratas, esperando serem cooficializadas para fazerem parte da vida real das pessoas. Elas existem no dia a dia, nas práticas sociais, nas necessidades, nas cobranças por direitos e exercício dos deveres; são situadas, contextualizadas e não são homogêneas; pelo contrário, são várias línguas, não é apenas o Tupi como muitos podem pensar.

Quando o Marquês de Pombal decretou a proibição da língua tupi, a mais conhecida, estudada e falada pelos primeiros colonizadores, até o século XVIII, deu a falsa impressão – até os nossos dias – que o tupi era a língua falada por todos os povos indígenas brasileiros, levando todas as pessoas a crer que todos os “índios” são iguais (MUNDURUKU, 2009, p. 39).

Os não indígenas ainda têm muito a aprender sobre os povos originários. Os estereótipos concebidos, durante vários anos, permanecem no imaginário da maioria dos “brancos”. Falta compreender que a “identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares” (WOODWARD, 2014, p. 11). Isso foi a supremacia do processo de colonização. Os colonizadores colocavam-se como superiores e transmitiam a imagem dos colonizados por meio da sua ótica, da sua concepção de cultura, de seus valores, das suas crenças. Insistiam nas tentativas de apagamento das línguas autóctones e na assimilação cultural desses povos. Isso reverbera até a atualidade. Não obstante,

Outras medidas foram implantadas: os nomes indígenas, tanto de pessoas como de aldeias, foram proibidos - devia haver apenas nomes portugueses; as línguas nativas também foram proibidas, assim como a “língua geral”, uma mistura de tupi e português, falada nas missões; as casas indígenas deixaram de ser coletivas e tornaram-se unifamiliares; as missões se transformaram em paróquias, com vigários nomeados pelo rei; as aldeias, transformadas em vilas, passaram a ter um destacamento militar; comunidades menores ficaram sob a direção de um diretor civil; e os indígenas assumiram o compromisso de pagar o dízimo, isto é, a décima parte de tudo o que produzissem (HECK; PREZIA 2012, p. 30).

Entretanto, é preciso destacar que esses que, “mesmo submetidos a um modelo de sociedade que deveriam abraçar para tornarem-se mais ‘humanos’ – na concepção ocidental capitalista –, [...] não desistiram de sonhar com um encontro em que pudessem mostrar sua riqueza humana” (MUNDURUKU, 2020, p. 64). As línguas indígenas representam parte dessa abundância, são nosso patrimônio imaterial, são nossa história e, como tal, precisam ser preservadas.

5 Reflexões finais

Ser indígena no Brasil nunca foi fácil, sempre foi uma ameaça. Para os não indígenas terem a oportunidade de conhecer esses povos, refletir sobre o processo de colonização, desconstruir estereótipos, utilizar as línguas indígenas, foi preciso que os autóctones tivessem muita resistência. Eles precisaram vencer grandes batalhas, dizer *não* ao acultramento e resistir/sobreviver aos atos de indigenicídio, ainda hoje diários. Tudo isso justifica a relevância deste estudo. Há muitas pessoas que desconhecem os (f)atos narrados pela perspectiva indígena, outras têm memória curta e, a todo momento, precisam ser lembradas da hecatombe vivida pelos nativos. Não houve respeito à diversidade linguística, o que aconteceu foi uma tentativa contínua e sistemática de silenciamento dessas pessoas.

A “concepção de que os indígenas no Brasil são todos iguais, com os mesmos costumes, falantes de uma mesma língua, contribui para o fortalecimento dos inúmeros estereótipos que ainda estão presentes no pensamento e no discurso de muitas gentes não índias” (SILVA; COSTA, 2018, p. 134). É preciso desfazer vários equívocos da história, reparar, na medida do possível, os danos morais, éticos, vitais pelos quais eles passa(ra)m. Por meio das cooficializações das línguas indígenas, a sociedade geral, de modo direto ou indireto, tem a possibilidade de participar dessa reparação.

Ao concluir este estudo, podemos dizer que a cooficialização das línguas autóctones é a prova de que o processo de assimilação cultural, até certo ponto, falhou, infelizmente não em sua totalidade, afinal ocasionou muitas mortes, dores, sofrimentos, danos irreparáveis. Todavia, à medida que tais políticas linguísticas são efetivadas em prol da defesa, no direito e na prática, de uma diversidade linguística, ela interfere diretamente “nas relações sociais locais, regionais e globais, bem como em diferentes domínios: a família, as instituições de ensino, os espaços de culto, a paisagem urbana, as relações comerciais, as esferas legisladoras, dentre outros” (BERGER, 2021, p. 120).

Contudo, é importante ressaltarmos que o ato de tornar uma língua indígena cooficial não assegura que ela passará a fazer parte, de fato, automaticamente, de todos os contextos sociais dos municípios onde ela circula, isto é, outras ações precisam caminhar junto com a cooficialização. Em relação às situações de ensino e aprendizagem, por exemplo, a maioria dos professores não indígenas necessitarão de formação, de educação linguística, para adquirir, desenvolver e ampliar o conhecimento sobre essa língua. Se os docentes não tiverem o conhecimento necessário para ensinar, questionar, elaborar argumentos, dificilmente a

língua nativa será colocada em prática. Além disso, os próprios currículos precisam ser revistos para que se abra mais espaço para essa língua materna e para que ela seja ensinada também aos não indígenas. Para tanto, é preciso que toda a comunidade escolar esteja unida e engajada em torno de um objetivo comum: a preservação e a manutenção da sua língua e da sua cultura.

Fora da escola, é preciso também que haja uma sensibilização da comunidade local que amplie e acolha o uso da língua materna. Isso não depende necessariamente do poder público. No comércio, por exemplo, é possível que se estimule a contratação de atendentes bilíngues ou multilíngues. Nesse sentido, a cooficialização não deve ser pensada apenas para que os indígenas possam se expressar publicamente em suas línguas maternas e não pode funcionar como uma espécie de autorização legal para o uso da língua. Caso contrário corre-se o risco de ser mais uma lei, dentre as muitas leis brasileiras, que existe somente no papel ou que foi feita para não ser cumprida.

Entretanto, avaliamos que o processo de assimilação cultural é descontinuado, em certa medida, com a cooficialização das línguas indígenas. A partir do momento que as políticas linguísticas oficiais contemplam essas línguas minoritárias, quando recebem amparo legal, começam a fazer parte das esferas sociais de modo ampliado, principalmente nas escolas, onde sempre foram preteridas, a probabilidade de perda desse patrimônio imaterial é reduzida.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Aparecida Valentim. Políticas linguísticas para os povos indígenas no Brasil. *In: XVII Congreso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*. (ALFAL - 2014). *Anais [...]*. – João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2014, p. 4.082-4.099.

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França*. São Paulo: Cultrix, 2013.

BAGNO, Marcos. *Políticas Linguísticas*. YouTube, 20 set. 2020. Disponível em: https://youtu.be/wKVqI0idxlk?list=PLJTYyIbC0Twmq_HtS3Ng8vi9rJOuucu4f. Acesso em: 20 fev. 2023.

BERGER, Ísis Ribeiro. Pluralidade linguística e políticas linguístico-educacionais no Brasil: rumo à gestão do multilinguismo. *Cadernos de Letras UFF*, Niterói, v. 32, n. 62, p. 119-142, 2021.

CASTRO, Emmanuely. Projeto de Lei pode tornar língua indígena como cooficial em

municípios de todo país. UEMS-Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2021. Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/projeto-de-lei-pode-tornar-lingua-indigena-como-cooficial-em-municipios-de-todo-pais-110544>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. Línguas e línguas: mais especificidade do nordeste indígena. *Pontos de Interrogação*: Revista de Crítica Cultural, v. 4, n. 2, p. 49-70, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/1681>. Acesso em: 08 mar. 2023.

DAMULAKIS, Gean. Cooficialização de línguas no Brasil: características, desdobramentos e desafios. *Departamento de Linguística e Filologia/UFRJ*. 2017. Disponível em: <https://leufrj.files.wordpress.com/2017/12/cooficializac3a7c3a3o-de-lc3adnguas-no-brasil-versc3a3o-ii.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

FISHMAN, Joshua. What do you lose when you lose your language? In: CANTONI, Gina. *Stabilizing Indigenous Languages*. Flagstaff, Arizona, Northern Arizona University, p. 71-81, 1996. Disponível em: <https://jan.ucc.nau.edu/jar/SIL.pdf>. Acesso em: 02 mar 2023.

FUNARI, Pedro Paulo. PINÕN, Ana. *A temática indígena na escola*: subsídios para os professores. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

GRAÚNA, Graça. Literatura indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto. *Educação & Linguagem*. v. 15, n. 25, jan.-jun. p. 266-276, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/3357>. Acesso em: 04 fev. 2023.

GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

HECK, Egon; PREZIA, Benedito. *Povos indígenas: terra é vida*. 7. ed. São Paulo: Atual, 2012.

IPOL. *Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros*. Brasil: 2022. Disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

KRENAK, Ailton. CAMPOS, Yussef. *Lugares de origem*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

MACHADO, Ananda. BUENAFUENTE, Sandra Maria Franco. Fortalecimento e expansão das línguas indígenas macuxi e wapichana em Roraima/Brasil. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 129-153, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/31714/20939>. Acesso em: 16 fev. 2023.

MAYWORM, Maria Clara Castellain. *Cooficialização de línguas em municípios brasileiros: uma perspectiva à luz do Direito Linguístico*. 2021. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

MUNDURUKU, Daniel. *O Banquete dos deuses: conversa sobre a origem e a cultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos: roda de conversa com educadores*. 1. ed. Lorena, São Paulo: UK'A editorial, 2017.

MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando 1: sobre saberes e utopias; participação de Ceíça Almeida*. 2. ed. Lorena, São Paulo: UK'A, 2020.

NERBURN, Kent. *Sabedoria Indígena: O Silêncio*. Instituto Ahau, 2012. Disponível em: <https://ahau.org/sabedoria-indigena/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Política Linguística, Política Historiográfica: epistemologia e escrita da história da(s) língua(s) a propósito da Língua Portuguesa no Brasil Meridional (1754 – 1830)*. 2004. 230 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política Linguística na e para além da Educação Formal. *Estudos Linguísticos XXXIV*, 2005, p. 87-94. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/journal%3Aestudos/oliveira_2005_politica.pdf. Acesso em: 06 fev. 2023.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Prefácio. In: CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. In: MORELLO, Rosângela. (Org.). *Leis e Línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL, 2015, p. 23-30.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. (2019). Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 9, n. 1, 2019. Recuperado de vol. 16, n 95, novembro de 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Histórias e culturas indígenas na Educação Básica*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SOAVE, Fernando Merloto. *Políticas Linguísticas: Políticas Públicas e a Questão Indígena*. Abralin. YouTube, 20 mar. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/ESzG3T8mnh0>. Acesso em: 03 mar. 2023.

TUKANO, Manoel Fernandes Moura. Entrevista. In: MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 132-

154.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014. Cap. 1, 7-72.

YU, Michele Siu Mui. WELTER, Viviane da Silva. BERGER, Isis Ribeiro. A cooficialização de línguas no Brasil: competência legislativa e empoderamento de línguas minoritárias. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Málaga, Espanha, v. Diciembre 2017, p. 1-16, 2017. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2017/04/cooficializacao-linguas-brasil.html>. Acesso em: 26 fev. 2023.

Artigo submetido em: 12 mar. 2023

Aceito para publicação em: 24 jun. 2023

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.130762>